



## O SERVIÇO AÇÃO RUA E OS SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO: A PRODUÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE EM SITUAÇÃO DE RUA EM PORTO ALEGRE

Helena Patini Lancellotti<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo é resultado da pesquisa de mestrado realizada com duas equipes que compõem o serviço Ação Rua e que atuam na abordagem e acompanhamento de crianças e adolescentes configurados como *em situação de rua* na cidade de Porto Alegre/RS. Trata-se de um serviço composto por 13 núcleos e que é executado a partir de um convênio com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), órgão responsável pelas políticas assistenciais na cidade. O programa estabelece duas categorias centrais para identificar a infância e juventude em situação de rua: *rua moradia* e *rua sobrevivência*, em que a primeira estaria relacionada a indivíduos que moram nas ruas e a segunda ao trabalho infantil. A forma pela qual os profissionais compreendem esses dois conceitos centrais está relacionada com normativas de proteção à infância e juventude e com a própria complexidade das situações que atendem. Isso posto, meu objetivo é refletir sobre como está sendo produzida a infância em situação de rua na cidade de Porto Alegre e em como os conceitos tem sido elaborados no cotidiano, tendo como foco as práticas de reconhecimento empregadas pelas equipes sobre o que e quem é a criança em situação de rua e a maneira pela qual os trabalhadores refletem sobre os próprios conceitos que norteiam a atuação profissional.

**Palavras-chave:** Antropologia do Estado; Antropologia das políticas públicas; Crianças e adolescentes em situação de rua.

**ABSTRACT:** This article is a result of an ethnographic research with the Ação Rua service, which operates on the approach and accompaniment of children and adolescents configured as homeless in the city of Porto Alegre/RS. This is a service consisting of 13 cores and runs from an agreement with the Social Assistance Foundation and Citizenship (FASC), the body responsible for welfare policies in the city. The program establishes two main categories to identify children and young people on the street: house street and street survival, where the first is related to

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui mestrado em Antropologia Social pela mesma instituição. Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Contato: [helena.lancellotti@gmail.com](mailto:helena.lancellotti@gmail.com)

individuals who live in the streets and the second to child labor. The way professionals understand these two central concepts is related to child protection regulations and youth and the complexity of the situations they serve. That said, my goal is to reflect on how it is being produced childhood on the streets in the city of Porto Alegre and how the concepts have been developed in daily life, focusing on recognition practices employed by the teams about what and who is the child in the streets and the way in which workers reflect on the very concepts that guide professional practice.

**Keywords:** Anthropology of the State; Anthropology of public policies; Children and adolescents living on the streets

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo é resultado da pesquisa de mestrado realizada com o serviço Ação Rua, que atua na abordagem e acompanhamento de crianças e adolescentes configurados como *em situação de rua* na cidade de Porto Alegre/RS. O serviço é executado a partir de um convênio com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), órgão responsável pelas políticas assistenciais na cidade. No total, há nove entidades conveniadas<sup>2</sup> que atuam em diferentes regiões da cidade e 13 equipes compõem esta rede. Cada equipe<sup>3</sup> é formada por 1 articulador; 2 técnicos sociais e 4 educadores sociais.

O serviço Ação Rua está inserido em um marco normativo de diretrizes políticas e ações voltadas para a assistência social que foram produzidas a partir da década de 2000. Entre elas, destaco a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) – conjunto de diretrizes relativas a assistência social – e a tipificação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em 2009. Com o SUAS (2009), ocorreu uma padronização nacional e uma organização de serviços e ações esquematizados por níveis de proteção, sendo eles o de Proteção Social Básica e o de Proteção Social Especial, divididos entre Alta e Média Complexidade. Para as

---

<sup>2</sup> As nove entidades que executam o serviço Ação Rua são: ACOMPAN, AICAS, Amparo Santa Cruz, AMURT-AMURTEL, CPCA, Fé e Alegria, Calábria, Pequena Casa da Criança, OSICOM. Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php>. Consulta em janeiro de 2016.

<sup>3</sup> Com exceção da equipe do centro que possui uma equipe ampliada, com 1 articuladora; 4 técnicos sociais e; 6 educadores sociais.

orientações do SUAS, os serviços voltados a Proteção Básica teriam um caráter mais preventivo e seriam executados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Os da Proteção Especial, por sua vez, foram divididos entre Média Complexidade, com serviços vinculados aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e que têm como foco um público que já se encontra com os direitos violados, como a população em situação de rua, situações de trabalho infantil, violência sexual, dentre outros e os de Alta Complexidade, cuja ênfase está no acolhimento institucional.

Para fins do que será disposto neste artigo, o trabalho de campo ocorreu com duas das 13 equipes que compõe o serviço Ação Rua. A primeira inserção em campo foi com o núcleo Lomba do Pinheiro vinculado a entidade conveniada Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA), e o segundo com a equipe do Centro ligado a AICAS (Associação Inter-Comunitária de Atendimento Social). Isso posto, o objetivo deste trabalho é refletir sobre como está sendo produzida a infância em situação de rua na cidade de Porto Alegre e sobre como os conceitos têm sido elaborados no cotidiano, tendo como foco as práticas de reconhecimento empregadas pelas equipes sobre o que e quem é a criança em situação de rua, além da maneira pela qual os trabalhadores refletem sobre os próprios conceitos que norteiam a atuação profissional.

## **1. CONSTRUINDO E CLASSIFICANDO POPULAÇÕES**

Uma das questões centrais neste artigo é a forma pela qual o serviço Ação Rua tem construído o que é a infância e juventude em situação de rua em Porto Alegre. Considero este programa como uma dentre diversas modalidades de governo, como será possível apreender a seguir. Antes de descrever as minúcias do trabalho de campo realizado com as equipes que compõem este programa, penso que é importante situar qual a perspectiva teórica que guia tal discussão. Neste trabalho não pretendo trabalhar com uma visão de um Estado uno, centralizado e controlador (ROSE, 1989), mas sim compreendê-lo a partir dos estudos de Michel Foucault sobre a biopolítica (1979; 2002; 2008).

Pensar o Estado a partir de Michel Foucault é também refletir sobre o poder. É importante ressaltar que Foucault nunca se propôs a fazer uma teoria do poder, pois isso seria fixá-la em um contexto e um tempo dado. Sua proposta é a de

verificar os efeitos, ou seja, de se atentar para como o poder opera e tendo em mente o seu caráter produtivo, no qual ele não deve ser compreendido como opressor, como algo que apenas alguns detêm, mas sim perceber que ele está em todas as relações (DREYFUS & RABINOW, 1995), sendo o Estado apenas uma delas. Pensar o Estado a partir dos estudos de Michel Foucault (1979) é compreendê-lo a partir do conceito de governamentalidade:

“1) O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. 2) A tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder que podemos chamar de governo, sobre todos os outros - soberania, disciplina - e levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3) O resultado do processo, através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado” (FOUCAULT, 1979, p. 171).

A partir deste conceito, é possível identificar que o Estado tem um caráter produtivo e não se trata de uma entidade auto constituída e centralizadora, mas é o resultado de práticas de governo. Pensar este órgão a partir dessas práticas implica não o considerar como o único detentor do poder dentro de uma sociedade, mas sim compreender que existe uma multiplicidade de governos. O Estado é apenas uma modalidade de poder dentre outras, poder este que está nas relações e nas instituições, e estas irão desenvolver uma série de saberes e técnicas de governo específicas. Sendo assim, considero o Ação Rua como uma forma de governo, em específico, do governo da infância e juventude em situação de rua.

A era da governamentalidade é também marcada por uma implementação de uma arte de governo no século XVIII como uma reconfiguração da razão de governo: a biopolítica. Não se trata de uma substituição do poder soberano (cujo fim era o território) e do poder disciplinar (onde o foco era o corpo individual), mas sim uma convergência entre essas técnicas, onde o novo fim será a população. Essa nova tecnologia de governo, de acordo com Michel Foucault (2002), não tem mais como foco apenas as disciplinas e técnicas voltadas ao corpo individual, mas sim ao homem como uma espécie, ou seja, uma “tomada de poder que não é individualizante, mas sim massificante (...) que se faz em direção não ao homem corpo, mas ao homem espécie” (FOUCAULT, 2002, p.289).

Não se trata, portanto, de um governo de principado cujo fim é manter o próprio poder e governar o território, mas de governar homens em relação com o meio e os fenômenos e interesses que o cercam, como o clima, fertilidade, costumes, morte, dentre outros (FOUCAULT, 1979; 2008). O objetivo de intervenção e controle desta nova forma de governo do século XVIII – a biopolítica – é a população, ou seja:

“Uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva (...) é uma tecnologia que visa, portanto, não o treinamento individual, mas pelo equilíbrio global, algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos” (FOUCAULT, 2002, p. 297).

Analisar a produção da situação de rua a partir do pensamento de Michel Foucault é compreender que este evento não é algo natural, é uma produção realizada por diversos saberes envolvidos na causa. São esses saberes que além de definir do que trata uma problemática que deve ser objeto de conhecimento e de governo, vão definir quais as melhores formas para nomear e intervir na questão, constituindo com isto regimes de verdade. Ou seja, vão estipular as maneiras pelas quais esse grupo de indivíduos classificados como *de rua* deverão ser geridos e incluídos dentro deste rótulo. Tipificar e classificar pessoas dentro de grupos definidos é também uma técnica de governo realizada por esses profissionais para criar uma população, objeto este da arte de governo. A partir do conhecimento deste agregado de pessoas, será possível compreender qual o seu perfil populacional e as suas taxas e, a partir disso, traçar estratégias pelas quais o governo poderá ser feito. Além de realizar um controle, trata-se também de uma técnica em que um dos efeitos é dar visibilidade a determinado grupo.

A construção de problemáticas por diversos saberes no intuito de melhor governar também está ligada as formas pelas quais classificamos determinados grupos populacionais. Penso essas classificações dentro de um caráter inventivo, em que diversos saberes estão envolvidos na construção de um conceito que será objeto de intervenção (HACKING, 2001, 2013). As classificações também podem trazer efeitos para o cotidiano, como exemplo, podem atuar nas formas pelas quais as pessoas são reconhecidas, quando leis e regulamentações são modificadas e debatidas para atender novos atores sociais que começam a ser abarcados em uma classificação que antes parecia já estar estabilizada, como demonstra Virginia

Vecchioli (2013) em sua pesquisa sobre políticas de reparação a pessoas configuradas como vítimas da ditadura militar na Argentina. A autora, ao se atentar para o caráter de produção das categorias – no seu caso a de vítima - demonstra como este conceito é alvo de lutas e embates entre agentes do governo e pessoas que reivindicam direitos. Além de entender que as categorizações ao mesmo tempo que criam legibilidade e reconhecimento a determinados grupos, também exclui outros.

Os conceitos também podem transformar a forma como a população, os executores de políticas e programas governamentais, passam a refletir e agir com um olhar diferente em relação a determinadas situações. Com uma reflexão sobre as categorias a partir de *frentes discursivas* ligadas aos direitos humanos, Claudia Fonseca e Andrea Cardarello (1999), discorrem no sentido de pensá-las a partir de uma dimensão dupla, em que ao mesmo tempo em que elas produzem e mobilizam direitos, também reificam imagens sobre qual cidadão é mais digno de proteção em detrimento de outro. Para expor o argumento, as autoras traçam uma breve genealogia de como determinadas categorias foram utilizadas para se referir a certos públicos, sendo modificadas ao longo do tempo e conforme os saberes do período. A questão das formas de nomear e os seus efeitos também pode ser observada em relação a produção da infância e juventude em situação de rua, como será exposto a seguir.

## **1.2 Os sistemas de classificação e seus efeitos na produção da infância em situação de rua**

Os estudos sobre infância e juventude de rua têm início e auge na década de 80, quando pesquisadores e instituições – tanto nacionais quanto internacionais - começam a desenvolver pesquisas e estudos sobre o fenômeno. É a partir deste período que a situação de rua é colocada como um problema social e como um campo de estudo que merece atenção. Essas formas de dar visibilidade a determinados grupos também é uma forma de invisibilizar outros, como quando todos os olhares estavam na problemática de crianças e adolescentes em situação de rua, deixando como um plano secundário uma série de outras questões ligadas a infância e juventude.

Neste período, eram diversos os saberes que atuavam sobre a infância, sendo que os estudos apresentados pela UNICEF e por instituições nacionais como as pesquisas da FUNABEM traziam números exorbitantes de meninos de rua no Brasil e nos países da América Latina. Além de que simplificavam as trajetórias destes indivíduos, pois incluía as experiências de crianças consideradas pobres em um mesmo rótulo, sendo que estes podiam variar entre *criança carente, abandonada, de rua*, dentre outros (ROSEMBERG, 1993). Apesar da extensa produção sobre a temática, grande parte dos estudos reforçavam estereótipos vinculados a ideia de menoridade e vinculavam a situação de rua à pobreza (ROSEMBERG:1993), ou seja, crianças pobres eram classificadas como sendo de rua.

Apesar da extensa produção sobre a temática, grande parte dos estudos reforçavam estereótipos vinculados a ideia de menoridade e vinculavam a situação de rua à pobreza (ROSEMBERG:1993), ou seja, crianças pobres eram classificadas como sendo de rua. A forma como enquadravam crianças e adolescentes em uma categoria de *menino de rua* variava conforme as caracterizações com que as instituições classificavam este público. Como exemplo, o estudo em que Fúlvia Rosemberg (1993) cita o relatório de um dos estudos realizados nos anos 80 pela UNICEF, em que o critério adotado pelo órgão para tipificar este público era a frequência escolar e trabalho, dentro da faixa etária de 7 a 17 anos. Ao adotar tal delimitação para compor uma cifra, o resultado foi um grande número de crianças de rua no país o que não coincidia com a realidade do período.

No final da década de 80 começaram a surgir estudos que contestavam esses estudos nacionais e internacionais, cujo objetivo era o conhecer e descrever o perfil das crianças de rua (ALVES, 1992; RIZZINI & RIZZINI, 1992). É através dos dados desses estudos de perfil que será possível perceber que estar na rua não significa estar ou ser abandonado. Com isso, torna-se necessário fazer uma distinção da expressão *menino de rua*, em que é preciso distinguir quem é o *menino na rua* e o *menino de rua*:

“Menores *na* rua, isto é, aqueles que exercem suas atividades na rua mas vivem com suas famílias, de menores *de* rua, os quais, tendo rompido parcial ou totalmente os vínculos familiares, moram nas ruas, expondo-se, assim, a maiores riscos” (ALVES, 1992, p. 118).

Nos anos 1990, os estudos sobre situação de rua passam a ter como um dos focos a própria produção dessa categoria. Esses trabalhos não apenas

questionavam a produção da criança de rua, mas também a própria noção de infância (RIZZINI & BUTLER, 2003) e, como as autoras citam, esses trabalhos problematizavam a forma excludente e preconceituosa pela qual a sociedade lidava com essas crianças e adolescentes, sendo que divergiam das correntes anteriores que classificavam esses indivíduos conforme a relação que tinham com a rua – moradia e/ou sobrevivência. Os estudos das décadas posteriores também enfatizavam o protagonismo de crianças e adolescentes em suas trajetórias, as considerando como atores sociais e não como vítimas das circunstâncias (STOECKLIN, 2003; LUCCHINI, 2003). Como exemplo, o estudo de Maria Filomena Gregori (2000) que, ao realizar uma etnografia com meninos de rua em São Paulo, utiliza o termo *viração* para se referir a circulação de identidades empregadas e apropriadas pelos meninos e meninas de rua conforme as situações que vivenciam ou as suas necessidades em determinados momentos:

“Para eles, a viração contém em si algo mais do que a mera sobrevivência, embora seja seu instrumento. Há uma tentativa de manipular recursos simbólicos e ‘identificatórios’ para dialogar, comunicar e se posicionar, o que implica a adoção de várias posições não excludentes: comportar-se como ‘trombadinha’, como ‘avião’ (passador de drogas), como ‘menor carente’, como ‘sobrevivente’, como adulto e como criança”. (GREGORI, 2000, p. 31).

A partir da breve revisão bibliográfica é possível notar a forma como a construção de uma problemática ligada à infância e juventude em situação de rua, nos anos 80, foi marcada por um engajamento e sensibilização de diversos públicos. No início, essas pesquisas tinham como principal propósito conhecer e quantificar o número de crianças e adolescentes vivendo nas ruas e muitas vezes tinham como efeito uma estigmatização deste público. A partir do final dos anos 80, surgem pesquisas que tem como objetivo questionar os estudos anteriores, criar novas nomenclaturas para se referir ao grupo em questão e com um foco em dar voz aos jovens em situação de rua. O serviço Ação Rua, também possui uma categorização para definir o público alvo de seu atendimento, pois é a partir do que consideram como o que é a situação de rua e quais elementos da vida de um indivíduo fazem com que ele seja incluído dentro deste conceito é que serão definidos os sujeitos alvos da proteção, temática esta que será trabalhada na próxima sessão.

## **2. O SERVIÇO AÇÃO RUA E AS ABORDAGENS SISTEMÁTICAS**

O serviço Ação Rua atua na abordagem e acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de rua, na cidade de Porto Alegre. O programa surgiu



com uma proposta de não apenas olhar para as situações de rua da região central, mas de ampliar o seu território, por compreender que existiam essas vivências em regiões mais periféricas da cidade. O Ação Rua atende toda a cidade de Porto Alegre e cada equipe é responsável por determinadas regiões na cidade, que são estabelecidas e divididas conforme a divisão territorial proposta pelo Orçamento Participativo de Porto Alegre (OP), abrangendo todo o município<sup>4</sup>. O objetivo do programa é:

“Propor alternativas de alteração à situação de rua vivenciada por crianças e adolescentes que têm nela seu espaço de moradia e/ou sobrevivência, ampliando e articulando os serviços da rede já existente e incluindo a criança/adolescente e sua família na Rede Sócio Assistencial do Município, visando a garantia de direitos e inclusão social.” (PMPA, 2006, p.6).

As categorias utilizadas nas diretrizes do programa para classificar a infância e juventude em situação de rua são as de *rua moradia* e *rua sobrevivência*. O conceito foi elaborado por Irene Rizzini e Udi Butler (2003) e significa:

“...a rua moradia refere-se ao uso do espaço da rua como campo principal de organização de suas atividades, incluindo a moradia, contrapondo-se à situação de rua sobrevivência, caracterizada predominantemente pelo trabalho infantil, sendo que a família ainda é a referência para a organização das atividades diárias (Rizzini & Butler, 2003 apud Finkler, 2011, p.38)

As classificações que o serviço utiliza, apesar da vida social que possuem na prática cotidiana e que será aprofundado ao longo deste trabalho, servem para organizar a forma pela qual o programa se comunica entre si e a maneira pela qual é contabilizado o número de crianças e adolescentes que é configurado como situação de rua em Porto Alegre. As normativas e categorias também exercem uma influência na forma pela qual uma criança é reconhecida pelo serviço como praticando uma *situação de rua sobrevivência* devido à atividade realizada no momento. Como exemplo de legislações que inspiram e norteiam o trabalho do Ação Rua estão as do ECA e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o trabalho infantil e, de acordo com narrativas institucionais, essas diretrizes informam que não é apenas a faixa etária que delimita com qual idade o trabalho pode ser realizado, mas também as condições deste ofício, como situações de periculosidade e insalubridade. Segundo o artigo 60 do capítulo V Estatuto da Criança e do Adolescente “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (BRASIL, 2014, p.33).

---

<sup>4</sup> O mapa das regiões do Orçamento Participativo está disponível em: <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=zU5OUCIRxCgU.kLRJgc-vNi5M> . Acesso em 14/04/2016.

Esses ofícios foram tipificados na Convenção 182, intitulada *Convenção sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e ratificada pelo Brasil em 2000, em que as piores formas de trabalho infantil são:*

“a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívida e a condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; b) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas; c) a utilização, recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes, tais como definidos nos tratados internacionais pertinentes; e d) o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, e suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças”. (ANDI, 2007, p. 17).

Para verificar se os critérios para determinar se determinada prática se insere nas tipificações acima é necessário observar:

“(a) os trabalhos que expõem as crianças a abusos físicos, psicológico ou sexual; (b) os trabalhos subterrâneos, debaixo da água, em alturas perigosas ou em espaços confinados; (c) os trabalhos com máquinas, equipamentos e instrumentos perigosos ou que envolvam manejo ou transporte manual de cargas pesadas; (d) os trabalhos em ambiente insalubre que possam, por exemplo, expor as crianças a substâncias, agentes ou processamentos perigosos, ou a temperaturas ou a níveis de barulho ou vibrações prejudiciais a sua saúde; e (e) os trabalhos em condições particularmente difíceis, como trabalho por longas horas ou noturno, ou trabalhos em que a criança é injustificadamente confinada às dependências do empregador”. (ANDI, 2007, p.18).

Como foi possível observar durante o trabalho de campo, é inspirado nessas diretrizes que as equipes que compõe o Ação Rua reconhecem e configuram os casos que atendem como em *situação de rua sobrevivência*, ou seja, meninas e/ou meninos vinculados ao trabalho infantil. De acordo a equipe da Lomba do Pinheiro, é a ação que o menino ou menina está praticando no momento, aliada a um conhecimento sobre os pontos do território em que ocorrem atividades de trabalho infantil, que será possível identificá-lo. E as situações encontradas pelas equipes variam, segundo este núcleo, conforme as especificidades do território, onde grande parte da sobrevivência estaria ligada ao tráfico de drogas, atividades de comércio, trabalho nos ferros velhos, reciclagens e a mendicância.

Segundo informações institucionais, a *abordagem* é uma das principais portas de entrada<sup>5</sup> do jovem no serviço. Ela é uma atividade realizada pelos educadores sociais e pode ser de dois tipos: *solicitada* e *sistêmica*, sendo que a primeira é realizada a partir de informações que são passadas pela população através do telefone solicitando, por exemplo, a retirada de alguma criança na porta de algum edifício; e a segunda são os deslocamentos que os educadores sociais realizam nas regiões que cada equipe é responsável, na busca por crianças e adolescentes em situação de rua.

As *abordagens sistemáticas* são uma atividade realizada pelos educadores sociais que consiste em explorar o território que atuam na tentativa de reconhecer, localizar e criar um vínculo com crianças e adolescentes realizando *situação de rua*. Além dessa função, também procuram conhecer o território, mapear pontos importantes, como escolas, postos de saúde e locais em que é comum encontrar jovens na rua. De acordo com falas das equipes, nem toda *sistemática* acaba necessariamente em *abordagem*. Para que ocorra a *abordagem*, é necessário identificar e conversar com a criança que foi identificada como uma situação de rua. As *sistemáticas* também podem ser feitas de diversas formas, seja a pé, de carro e até mesmo de ônibus, e qualquer que seja o meio de transporte usado, a técnica parece ser a mesma, um trabalho que se aproxima do antropólogo no que diz respeito à observação e ao treinamento de um olhar que percebe situações que podem fugir dos olhos de outros transeuntes.

A observação é uma técnica central no trabalho do educador social, pois é através dela que será possível identificar e ter a certeza sobre alguma situação encontrada. Segundo relatos dos profissionais, o próprio reconhecimento de uma situação de rua depende do ato de observar, pois é necessário localizar na cena elementos necessários para que ocorra a *abordagem*. Para a equipe do Centro, o fato da criança estar nesta localidade não faz com que ela seja abordada, ela precisa realizar alguma ação – como estar pedindo dinheiro ou vendendo algo – para que o educador se aproxime e comece um diálogo. Foi também pontuado – em relação a região do Centro - que o próprio trabalho realizado a partir de duplas também contribui para esse reconhecimento das situações, pois pode ocorrer de

---

<sup>5</sup> É importante ressaltar que a *abordagem* não é o único meio pelo qual se chega até a criança ou o adolescente, os núcleos podem obter conhecimento sobre alguma situação a partir de encaminhamentos realizados por outros setores da assistência, da saúde, da educação, dentre outros.

uma criança ou adolescente ser visto andando pelo centro sem um responsável mais de uma vez, o que chama a atenção dos olhos atentos da equipe.

Segundo os interlocutores, o trabalho da *sistemática* serve para visualizar as situações, sendo a *abordagem* um *processo* e um *resultado* desse trabalho de observação. De acordo com os profissionais da Lomba do Pinheiro, quando, por exemplo, se há dúvida sobre uma cena que se está observando, o caminho é muitas vezes não abordar naquele exato momento, e sim realizar uma observação daquela situação e daqueles indivíduos por mais tempo para assim ter elementos que proporcionem uma certeza maior sobre a prática. Segundo suas falas, reconhecer uma criança ou um adolescente em situação de rua não é ter como base a vestimenta de uma criança, mas a *ação* que ela está executando, assim como o *território* onde ela está presente.

De acordo com o núcleo da AICAS, é a partir de um olhar atento às minúcias da cena que está acontecendo e da informação que por vezes se tem sobre aquela pessoa que será possível conseguir insumos suficientes para que ocorra a aproximação e a abordagem, e é através dessa prática que será possível manter um vínculo e também conseguir informações sobre quem é aquela criança ou adolescente. Um ofício que exige uma análise não apenas das ações que as crianças ou adolescentes estão desenvolvendo, mas também um exame em relação as características físicas das pessoas que suspeitam como em situação de rua, pois apenas atendem indivíduos com menos de 18 anos. É necessário não apenas reconhecer a prática da rua, mas também a faixa etária correspondente.

A partir das andanças pela cidade e de um olhar treinado para identificar o que é uma situação de rua, os educadores sociais terão insumos para reconhecer ou suspeitar da atividade empregada por alguma criança ou adolescente. Após o diálogo, os profissionais tentam criar algum vínculo com o indivíduo e conseguir algumas informações sobre o território de origem e sobre a rede familiar ao qual o sujeito faz parte. Penso que esta atividade também atua na construção de uma população – a de crianças e adolescentes em situação de rua – pois os educadores, ao exercerem um reconhecimento do que é uma prática que possa ser incluída dentro dos conceitos tipificados pelo projeto Ação Rua, exercem um processo de inclusão e exclusão de determinadas vidas em certos conceitos. Para além de pensar na construção de grupos populacionais a partir de práticas cotidianas, meu intuito a seguir é refletir sobre como as categorias tipificadas nas diretrizes do

Projeto Ação Rua também são alvo de reflexão e de desestabilização por parte das equipes.

### **3. A VIDA PRÁTICA DAS CATEGORIAS**

Durante o trabalho de campo com as duas equipes que compõem o Ação Rua, pude presenciar diversas situações em que os núcleos discutiam sobre as categorias e sobre a complexidade da vida real frente a conceitos tão fixos e fechados. De acordo com esses profissionais, os conceitos que estão nas diretrizes do programa servem como uma forma de comunicação entre as equipes e como uma forma de organização interna do trabalho que realizam. Como será possível notar ao longo desta seção, a partir dos relatos das equipes que acompanhei de forma mais próxima, as duas categorias que estão nas diretrizes do serviço podem se mostrar como insuficientes para descrever a multiplicidade da vida real. Segundo os trabalhadores, os dois conceitos podem se misturar dentro de uma mesma vivência, e o que ocorre na prática é uma tentativa de não sobrepor as situações atendidas, ou seja, os profissionais citaram tentar não enfatizar uma prática como mais grave do que a outra.

Antes de prosseguir com a descrição da pesquisa, é importante situar que penso as categorias e a forma pela qual elas são interpretadas e utilizadas na vida cotidiana a partir da noção do *risco das categorias na ação* formulada por Marshal Sahlins (1990) na obra *Ilhas da História*. Em linhas gerais, o objetivo do autor neste livro é demonstrar que história e estrutura não são opostas, ao contrário, a história só faz sentido se houver uma estrutura que torne os eventos significativos. Os significados culturais são alterados na ação e as relações entre as categorias mudam, sendo assim pode-se dizer que o mundo não necessariamente é obrigado a obedecer a lógica pela qual ele foi concebido.

Para além de pensar em uma estrutura fundante e fixa onde caberia às pessoas seguir determinados padrões e significados culturais, Sahlins (1990) inclui a dimensão da subjetividade das pessoas na análise, ou seja, a forma pela qual um evento – que é a relação entre um acontecimento e um sistema simbólico – será interpretado pelos indivíduos que compõe determinada cultura. A maneira pela qual os significados culturais são vivenciados no mundo concreto coloca as categorias

culturais em risco, em que elas podem ser modificadas conforme a interpretação dos grupos que as vivenciam (SAHLINS, 1990). Como cita o autor:

“As categorias tradicionais, quando levadas a agir sobre um mundo com razões próprias, um mundo que é por si só potencialmente refratário são transformadas. Pois, assim como o mundo pode escapar facilmente dos esquemas interpretativos de um dado grupo humano, nada pode garantir que sujeitos inteligentes e motivados, com interesses e biografias sociais diversas, utilizarão as categorias existentes das maneiras prescritas. Chamo essa contingência dupla de o risco das categorias na ação” (SAHLINS, 1990, p, 182).

O que ocorre e como será descrito a seguir, os conceitos são colocados cotidianamente *em risco* pelos profissionais que atuam na proteção da infância e juventude em situação de rua, ou seja, são objeto de reflexão e de revisão por parte de quem as utiliza. Segundo o núcleo da Lomba do Pinheiro, as categorias tipificadas no Projeto do Ação Rua se mostram, muitas vezes, como insuficientes para descrever a multiplicidade da vida real. O que essa equipe que tenho acompanhado me relatou é que a vida real não cabe em categorias tão fechadas. Os profissionais citaram que, naquela equipe, nunca pararam para definir nas situações práticas qual criança está enquadrada em qual nomenclatura, se é de rua moradia ou rua sobrevivência, por exemplo.

As vivências, de acordo com o núcleo da Lomba do Pinheiro, ultrapassam as categorias: *O que fazer quando a família toda está em situação de rua? E o que fazer quando a criança está em rua sobrevivência, mas tem os vínculos fragilizados?* Tais questionamentos, que foram fornecidos em uma reunião de equipe que acompanhava, servem para demonstrar como a vida real muitas vezes não consegue ser encaixada em categorias tão fixas. Para eles, enquadrar as histórias em categorizações é uma tarefa difícil, pois ali se trabalham com vidas e com afetos, e também isto não é o principal foco do Ação Rua daquele território. Ainda de acordo com a equipe, muitas vezes essas duas categorias se misturam, em que a rua moradia é também uma sobrevivência. Sendo que antes os profissionais compreendiam a moradia como uma falta de vínculo entre o adolescente e a família, mas disseram que atualmente não entendem o conceito assim, como citaram em uma entrevista:

“Mas acho que uma coisa nos guia é que a moradia é aquele adolescente que fica mais tempo fora do convívio com a sua família, não que ele não tenha um vínculo. Porque uma época a gente caracterizava: rua moradia tem vínculos rompidos. Não, a vida nos mostrou que muitas vezes aquele guri que está na Borges tem um amor gigante pela família que esta aqui na comunidade, ele consegue vir aqui na comunidade duas três vezes na

semana, ou a família vai até ele. Então isso do vínculo rompido não é por aí...” (EQUIPE LOMBA DO PINHEIRO, 2015).

Os conceitos, como citei acima, não são uma forma central pela qual o núcleo da Lomba organiza o seu trabalho. De acordo com as falas profissionais, eles podem muitas vezes se misturar, como quando consideram que a própria questão de morar na rua é uma sobrevivência ou quando, como foi dito em entrevista, questões que a equipe configura como *vulnerabilidades* – como exemplo o uso de drogas – podem estar presentes de forma constante nas duas configurações, e ainda existem casos em que o próprio adolescente pode passar de uma situação de sobrevivência para moradia e vice-versa.

Um movimento que o núcleo que atende o Centro assinalou durante uma entrevista sobre as categorias e a sua vida prática, é a tentativa de não realizarem uma sobreposição entre os dois conceitos utilizados pelo programa, ou seja, não considerar uma história mais grave e que merece mais proteção do que outra. O núcleo central pontua que, para além das classificações, existe uma dimensão temporal que configura os casos que atendem, na qual quanto maior o tempo na rua, maior a identificação da criança com este espaço. Pensar esse tempo na rua é ir além de uma configuração que delimita que a *rua moradia* é uma circunstância mais grave e vulnerável do que a *rua sobrevivência*. Para além de pensar em qual conceito envolve mais riscos, a equipe do AICAS tem refletido no que diz respeito à relação e identificação que a criança ou o adolescente possui com a rua.

Para ilustrar esta dimensão do tempo, utilizaram como um exemplo uma situação hipotética em que uma criança que está há dez anos realizando um trabalho infantil nas ruas e retornando a sua casa pode ser muito mais *vulnerável* do que uma situação de rua em que o jovem está morando na rua há um mês. Assim como o núcleo da Lomba, a equipe do centro tem refletido no que diz respeito a não realizar uma sobreposição entre as duas categorias, considerando uma mais grave do que a outra, visto que as vivências das pessoas acompanhadas muitas vezes misturam os limites das tipificações:

“E o que a gente percebe é que isso, pode existir essa categorização, existe, mas não que no sentido de uma sobrepor a outra no sentido de maior fragilidade ou de maior vulnerabilidade, ou maior gravidade. Eu acho que isso não é por ser moradia que a gente avalia que é o mais grave. Eu acho as vezes por ser moradia acaba tendo um outro olhar, uma outra atenção e não se dá atenção pra esses casos de sobrevivência, que não estão na rua, que não dormem ali, mas ao mesmo o risco é tão grande. As vezes são crianças pequenas que as vezes vem de outros municípios e passam o dia aqui em Porto Alegre e vão embora altas horas da noite. Assim, voltam pra casa, não é uma moradia, uma categoria, mas o risco a

que ela está exposta é tão grande quanto, talvez maior...” (EQUIPE AICAS, 2015).

Apesar da distinção entre moradia e sobrevivência ser um tanto quanto frágil no cotidiano, existem formas pelas quais uma situação é diferenciada de outra, e as equipes ainda pontuaram que é a prática cotidiana que facilita identificar cada vivência. A forma pela qual diferenciam uma situação de outra na Lomba do Pinheiro está no tempo que o menino ou menina passa longe do seu espaço de proteção, que seria a comunidade e a família. Nesse caso, a sobrevivência estaria mais ligada a questões de trabalho infantil, e não necessariamente a um ofício que sustenta a sua família, mas também para um sustento próprio e de bens de consumo. O que é diferente também da rua moradia, de acordo com a equipe:

“(…) É diferente de uma moradia pois as vezes eles não estão ali só para se sustentar, estão em função de outras coisas, as vezes possuem vínculos mais frágeis, vínculos comunitários sem condição de retorno e as vezes os vínculos da rua estão mais fortes, mais estabelecidos do que os da própria casa” (EQUIPE LOMBA DO PINHEIRO, 2015)”.

É possível apreender que existe sim uma diferenciação entre a categoria rua sobrevivência e a categoria rua moradia, e que é o saber profissional adquirido da vivência e das situações práticas que são atendidas que irá fazer com que seja possível identificar e distinguir os casos. Essa mistura e fluidez das categorias, por sua vez, não significa necessariamente que a equipe tenha dúvidas quando precisa enquadrar o caso atendido em algum conceito. Porém, quando estes conceitos ideais que se distinguem são colocados na prática, as categorias muitas vezes se misturam devido a própria movimentação empregada pelas crianças e adolescentes configurados como em situação de rua.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposta deste artigo foi realizar uma reflexão sobre a forma como determinados agentes de governo constroem populações, tendo como ênfase o uso das categorias de rua moradia e rua sobrevivência e as reflexões cotidianas que estão por detrás dos seus usos. Penso que a construção de determinados grupos é realizada por diversos saberes e depende também do próprio contexto do período, visto que a própria população é um novo objeto de governo, cujo fim está em regular suas taxas e traçar ações e políticas voltadas ao bem-estar.

As normativas apresentadas – do ECA (1990) e da OIT (2000) – também influem nas concepções que os profissionais possuem sobre quais atividades



empregadas pelos jovens podem ser incluídas dentro de um conceito de trabalho infantil, o que configuraria uma *situação de rua sobrevivência*. Como foi possível perceber na seção anterior, considero que as classificações operadas por diversos saberes criam determinados problemas e categorias (HACKING 2001, 2013), e, através deste processo inventivo, também instituem quais pessoas poderão ser incluídas e excluídas dentro do conceito. Posto isso, considero que as classificações utilizadas pelo programa – *rua moradia* e *rua sobrevivência* – não apenas informam o que significa estar na rua, mas também constroem esta população, e é a partir do trabalho das *abordagens sistemáticas* que os profissionais selecionam quais existências serão incluídas dentro dos conceitos tipificados pelo programa, exercendo assim uma inclusão de determinadas vidas a serem protegidas e a exclusão de outras.

Para além de se atentar para o caráter inventivo e constitutivo das categorias e seus usos pelos profissionais, o propósito do estudo foi apreender às reflexões que os próprios trabalhadores têm realizado sobre os conceitos tipificados no projeto do Ação Rua. A partir do trabalho de campo foi possível notar que as equipes colocam as categorias *em risco*, ou seja, possuem suas interpretações sobre elas a partir das situações práticas que atendem e acompanham. A partir disso, considero que contribuição deste trabalho está em, a partir da inspiração dos estudos sobre Antropologia do Estado e sobre gestão da infância e juventude em situação de rua, refletir e indagar sobre os processos de construção de categorias, se atentando para o caráter cotidiano da aplicação e reflexão dos programas e de políticas governamentais realizado pelos agentes de governo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Aida. Meninos de rua e meninos na rua: estrutura e dinâmica familiar. In FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben (Orgs.). O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos, v. 80, n. 2, p. 117-132, 1992.

ANDI. Piores formas de trabalho infantil. Um guia para jornalistas. Programa Internacional para Eliminação do Trabalho (IPEC), Secretaria Internacional do Trabalho, Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), 2007.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. 11ª edição. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

FINKLER, Lirene. Avaliação de um projeto social para crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias. Tese de Doutorado em Psicologia. Instituto de Psicologia/Universidade do Rio Grande do Sul, 2011.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e menos humanos. Horizontes Antropológicos, v. 5, n. 10, p. 83-121, 1999

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. Aula de 17 de março de 1976. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, p. 285-315, 2002.

\_\_\_\_\_. Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GREGORI, Maria Filomena. Viração: Experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HACKING, Ian. \_\_\_\_\_. ¿ La construcción social de qué?. Barcelona: Paidós, 2001.  
\_\_\_\_\_. Construindo tipos: o caso de abusos contra crianças. Cadernos Pagu, v. 40, n. 1, p. 7-66, 2013.

LUCCHINI, Ricardo. A criança em situação de rua: uma realidade complexa. In RIZZINI, Irene (Org.). Vida nas ruas. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, p. 45- 86, 2003.

RIZZINI, Irma; RIZZINI, Irene. Menores institucionalizados e meninos de rua: Os grandes temas de pesquisa na década de 80. In FAUSTO, A. & CERVINI, R (Orgs.). O Trabalho e a Rua: Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos Anos 80. São Paulo: Cortez, p. 69-90, 1992.

RIZZINI, Irene; BUTLER, Udi. Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas: revisitando a literatura. In RIZZINI, Irene (Org.). Vida nas ruas. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, p. 17- 44, 2003.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: Silva, Tomas Tadeu da (Org.). Liberdades vigiadas. Petrópolis: Vozes, p. 30-45, 1989.

ROSEMBERG, Fulvia. O discurso sobre a criança de rua na década de 80. Cadernos de Pesquisa, n. 87, p. 71-81, 1993.

SAHLINS, Marshall. Ilhas da História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

STOECKLIN, Daniel. Das potencialidades de crianças e adolescentes em situação de rua ao desenvolvimento social. In Rizzini, Irene (Org.). Vida nas ruas: Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, p. 87- 122, 2003.

VECCHIOLI, Virginia. Las Víctimas del Terrorismo de Estado y la gestión del pasado reciente em la Argentina. Papeles del CEIC, International Journal on Collective Identity Research, n. 1, p. 1- 30, 2013.

